

BRASIL

campeão das desigualdades

João Saboia

Quase vinte anos depois do início do debate sobre a distribuição de renda no Brasil, ocorrido após a divulgação dos dados do Censo Demográfico de 1970, a questão volta à ordem do dia. Não é preciso grande esforço para se constatar o aumento da marginalidade, da pobreza e da miséria no País. A recente divulgação do Relatório Anual do Banco Mundial, entretanto, vem lançar novas informações, até com a vantagem de mostrar a situação brasileira no contexto internacional.

Os dados da tabela mostram os países com as melhores e as piores distribuições de renda. O critério utilizado para a ordenação foi a participação dos 10% mais ricos da população no total da renda (1). No grupo dos dez melhores, esta participação varia entre 18,7% (na Hungria) e 23,3% (na Inglaterra). É ainda apresentada a parcela da renda dos 20% mais pobres, variando esta entre 10,9% (na Hungria) e 5,4% (na Dinamarca). Sete países pertencem à Europa Ocidental, dois à Europa do Leste e um ao Extremo Oriente.

Entre os dez países com pior distribuição de renda, segundo os dados do Banco Mundial, o Brasil apresenta a pior situação – os 10% mais ricos da população controlam 46,2% da renda, enquanto os 20% mais pobres ficam com apenas 2,4%. Embora os dados do Brasil sejam referentes a 1983,

não houve modificações substanciais desde então que alterassem a situação. Em 1986, por exemplo, os 10% mais ricos recebiam 47,5% da renda; os 5% mais ricos, 34,3%; e o 1% do topo da pirâmide de rendimentos, 15,2%. Cabe ainda observar que a participação dos 10% mais ricos da população brasileira na renda total supera em mais de 3% a participação do país com a segunda pior distribuição de renda (Sri Lanka). Acompanham o Brasil, na lista dos piores, cinco outros países latino-americanos, dois africanos e dois asiáticos.

Segundo o Relatório do Banco Mundial, a má distribuição da renda brasileira é responsável pelos altos níveis de pobreza encontrados no País. Ao comparar a performance brasileira com a de outras nações, é feita menção explícita ao aumento da pobreza no Brasil na década de 80 – atingindo 24% da população em 1987 –, que seria resultante da evolução desfavorável da distribuição da renda. Dada a posição do Brasil em termos de renda gerada no País, bastaria uma pequena transferência para os mais pobres para se eliminar a pobreza. Infelizmente, é exatamente o movimento oposto que tem sido verificado nos últimos anos.

Deve-se acrescentar novos dados à discussão para mostrar as dificuldades a serem enfrentadas para a melhoria da distribuição de renda no Brasil. Os últimos dados disponíveis mostram que, em 1980, a participação dos salários na renda do País não atingia 40%. Enquanto isso, nos países desenvolvidos, este percentual chega a 70% da renda. Partindo-se de um PIB da ordem de 350 bilhões de dólares e supondo-se que conseguíssemos que os salários atingissem 70% da renda, haveria 245 bilhões de dólares para serem distribuídos aos trabalhadores. Supondo-se ainda uma po-

João Saboia – Professor Titular da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

(1) Existem formas mais elaboradas para se ordenar os países, através do cálculo de índices agregados. A forma escolhida tem a vantagem de estar disponível no Anuário do Banco Mundial, sendo uma indicação satisfatória do grau de distribuição de renda.

**Distribuição de Renda no Mundo (Os Melhores e os Piores Países)
1990**

Em porcentagem

Países	Distribuição da Renda	
	20% Mais Pobres	10% Mais Ricos
Os Melhores		
Hungria	10,9	18,7
Suécia	8,0	20,8
Polônia	9,7	21,1
Noruega	6,2	21,2
Bélgica	7,9	21,5
Finlândia	6,3	21,7
Dinamarca	5,4	22,3
Japão	8,7	22,4
Holanda	6,9	23,0
Inglaterra	5,8	23,3
Os Piores		
Venezuela	4,7	34,2
Malásia	4,6	34,8
Peru	4,4	35,8
Costa do Marfim	5,0	36,3
Colômbia	4,0	37,1
Costa Rica	3,3	38,8
Guatemala	5,5	40,8
Botswana	2,5	42,8
Sri Lanka	4,8	43,0
Brasil	2,4	46,2

FONTE: Banco Mundial.

NOTA: Relatório do Banco Mundial de 1990, a partir de um conjunto de 41 países informantes. Os países estão ordenados segundo a participação crescente dos 10% mais ricos na renda.

pulação economicamente ativa pouco superior a 60 milhões de pessoas, teríamos cerca de 4 mil dólares por ano por trabalhador, o que fornece um salário mensal médio de 300 dólares (incluindo o 13º salário). Tomando-se como unidade o salário mínimo – atualmente em torno de 85 dólares mensais – conclui-se que *o Brasil possui hoje um salário médio possível de cerca de 3,5 salários mínimos.*

A atual política do salário mínimo possui grande potencial de elevação de seu valor real. Caso seja mantida e a inflação permaneça em níveis moderados, o salário mínimo crescerá em média 3% ao mês, com possibilidade de quadruplicar até o final do governo Collor. Em outras palavras, o salário mínimo atingiria o valor do atual salário médio possível nos próximos quatro anos.

A elevação do salário mínimo poderá contribuir para a melhoria da distribuição de renda no Brasil, mas sua implementação, a médio prazo, depende de alguns pressupostos básicos para não se frustrar. Em primeiro lugar, é preciso retomar o crescimento econômico com aumento da produtividade, resultando em maior valor agregado para ser transferido à massa salarial. Em segundo lugar, há necessidade de se elevar a participação dos salários na renda gerada, podendo-se tomar como meta uma distribuição funcional da renda (salários x lucros) semelhante à encontrada nos países desenvolvidos. Será ainda fundamental enfrentar a atual distribuição salarial do País, sendo hoje comum a

existência de diferenciais salariais da ordem de cem para um. Estes diferenciais são incompatíveis com uma distribuição de renda mais justa.

Tendo em vista que parcela ponderável da população brasileira sobrevive no setor informal da economia, onde nem mesmo o salário mínimo é garantido, será necessário algum tipo de gestão de política social, para não aumentar ainda mais o fosso existente com o setor formal. Esta deverá prover ganhos indiretos nas áreas básicas de alimentação, habitação, educação, saúde, etc.

A melhoria da distribuição de renda no Brasil requer, portanto, a participação de todos os segmentos envolvidos, já que significará importantes transferências de rendimentos entre classes sociais. É preciso haver um mínimo de consenso para não resultar em uma retomada do processo inflacionário, que tem sido a forma habitualmente encontrada entre nós para acomodar os conflitos distributivos.

Neste momento, em que a discussão de um pacto social volta à ordem do dia, é fundamental que todos se conscientizem dos enormes desníveis existentes no País e das grandes dificuldades para superá-los. O Brasil não pode continuar se vangloriando de estar entre as dez principais potências econômicas do mundo, se, simultaneamente, encontra-se entre as últimas em termos de desenvolvimento social. É urgente que se saia da retórica para a ação, mas para isso será imprescindível a contribuição de todos. ■